

RESENHAS

SOUZA, Maria Inêz Salgado de.
Os empresários e a educação — O IPES e
a política educacional após 1969.
Petrópolis, Vozes, 1981.

A autora apresentou este texto como dissertação de Mestrado em Educação em 1978. Parte de uma análise a respeito da publicação "A Educação que nos convém", que reuniu uma série de sugestões de figuras do meio empresarial e tecnoburocrata acerca da política educacional no Brasil. Tal publicação se originara de um Fórum de debates sobre o mesmo tema organizado pelo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais). Seu interesse é assim dirigido a uma análise do IPES e sua atuação como um dos grupos de pressão, na formulação de políticas de educação do Brasil. Que tipo de pessoa fazia parte dessa instituição? Para que fora criada? Que fins visava?

Dessa forma remete-nos à origem, finalidades e composição do IPES, no capítulo I. O IPES foi organizado em 1961, por um grupo de empresários das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, permanecendo em atividade até 1971, desempenhando durante esse período, um papel de grupo de pressão e de propaganda ideológica, envolvendo **homens de negócios, profissionais liberais bem sucedidos e elementos das Forças Armadas**. Um nome ligado ao IPES, desde os seus primórdios foi o General Golbery do Couto e Silva, saído dos Quadros da Escola Superior de Guerra. Esse grupo organizou-se **ante o crescimento da onda reformista da "esquerda", a fim de** propor a união do setor, para se salvaguardarem as estruturas e o regime capitalista privado no Brasil, através de reformas e "sem revolução".

O IPES que inicialmente era composto de membros de São Paulo e Rio de Janeiro (IPES-GB) foi estendido ao País todo. Decorridos dois anos de sua criação, já possuía congêneres no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

Durante os dez anos de sua existência, o Ipes-GB, permaneceu fiel ao grupo central de sua doutrina: **fortalecimento da livre empresa e preservação do capitalismo**¹. A ênfase na função social da empresa constituiu uma idéia, que só vingou durante a crise brasileira que antecedeu 1964. A partir desta, o objetivo que se percebe é "acelerar o processo de capitalização, de que tanto carece nosso País, para vencer a presente etapa de seu desenvolvimento"².

No capítulo II, vamos encontrar o projeto educacional do IPES (1964 — 1968), que se resume em proporcionar determinadas mudanças para assegurar aos empresários um regime de acordo com os seus interesses. Para isso, uma maciça campanha ideológica foi desfechada alardeando os benefícios do binômio capitalismo e democracia, inicialmente dirigida **aos empresários**, voltando-se depois a um público mais amplo, tais como: o meio estudantil, sindicatos e setores da classe média (através de ajuda a obras sociais e religiosas).

A educação, no sentido formal de transmissão de conhecimentos através de um sistema institucionalizado, foi um dentre os "problemas nacionais", colocados em discussão e avaliação pelo IPES — "É imperativo nacional a solução definitiva e imediata do problema do analfabetismo, ampliando-se paralelamente, em grande escala, as oportunidades de educação profissional, técnica, secundária e superior, adaptando-as às peculiaridades locais"³.

Com relação formal, ela foi objeto de dois encontros realizados pelo IPES: um simpósio em 1964 e um fórum em 1968, envolvendo as PUCs de São Paulo e Rio de Janeiro.

O simpósio foi proposto com o objetivo de se realizar as discussões de uma política educacional que possibilite a realização das aspirações nacionais de rápido desenvolvimento econômico e social. Eis os temas em que se subdivide o trabalho:

- 1 — Objetivos e métodos da Educação.
- 2 — Estrutura do Sistema Educacional.
- 3 — Educação e desenvolvimento.
- 4 — Recursos para a Educação.

No primeiro tema, objetivos e métodos da educação, vemos que a idéia de “modernização”, encontra-se explícita no texto, comparando o nosso atraso em relação às Nações modernas. Uma ênfase quanto aos objetivos, é colocada no desenvolvimento de formas de raciocínio crítico e experimental, e a finalidade da educação é vista dentro de um enfoque humanista, “desenvolvimento da personalidade humana e respeito efetivo de suas liberdades fundamentais”⁴. Quanto aos currículos, propõe a sua revisão a fim de atenderem às diferenças psicofisiológicas e psicossociais dos indivíduos. Quanto aos métodos, estes devem levar à aculturação do educando. A estrutura do sistema educacional é detalhada segundo os níveis de ensino, com oito anos de escolarização mínima para todos os brasileiros, com ingresso na escola aos seis e sete anos de idade. O nível secundário deve levar o homem a conhecimentos e habilidades que lhe sejam acessíveis, tendo em vista uma personalidade tão útil a si mesma, quanto à sociedade nacional e à humanidade. Na verdade, a educação teria um caráter dualista no secundário com duas opções: capacitação profissional ou encaminhamento para um curso superior.

Quanto ao ensino superior, este deve ser reformado com vistas às necessidades novas do contexto capitalista. Deve ser seletivo, só oferecido àqueles que têm aptidão especial para dele se beneficiar. Deve seguir o modelo norte-americano, com organização por Departamentos. Os cursos de Pós-graduação, para formação de doutores, realizados em centros de estudos de alto nível: os institutos.

A educação popular e de adultos é considerada indispensável à democracia e ao desenvolvimento econômico. Deve ser:

- a) processo de desmassificação do povo;
- b) processo de modernização;
- c) mais abrangente, que uma simples alfabetização.

Quanto à relação entre educação e desenvolvimento, essa parece ser a tônica sobre a qual **se desenvolvem todas as considerações do Plano**, enquanto que o problema dos recursos para a educação, não recebe um tratamento específico, é abordado de passagem nas avaliações e proposições relativas a cada nível de ensino.

Aceita o ensino privado com as soluções apresentadas pela LDB, com bolsas de estudos, como meio de democratização das oportunidades educacionais. “A escola não tem nenhuma responsabilidade pela existência de classes sociais. O que lhe compete é oferecer igual oportunidade de educação para os filhos de todas as classes, e assim converter-se em amplo caminho de ascensão social”⁵. O mesmo ponto de vista é mantido em relação aos cursos universitários os quais devem ser pagos e com bolsas de estudos para aqueles que não os podem pagar.

Chegado a esse ponto, parece-nos interessante salientar uma grande contradição do Plano. Segundo o texto, a educação deveria visar ao aperfeiçoamento da democracia. Crítica o sistema dual de escolas para o povo e para as elites e propõe um sistema em que as oportunidades devem ser iguais para todos. No entanto, a fórmula que o Plano apresenta para a escola média admite dois tipos de opções que, sem dúvida, repetem o sistema dual, “quebrando” o sistema único: capacitação profissional ou preparação para cursos superiores.

Finalmente, na conclusão encontra-se que a ação educativa deve ser ampliada para a Igreja, os “mídia”, cinema, TV, e rádio sob discreta orientação do Poder Público.

Em 1968, o recrudescimento dos movimentos estudantis no País, leva à necessidade de se encontrarem soluções à crise, a qual as classes dirigentes encaravam como perturbadora da estabilidade social.

Numa síntese do mesmo, veremos que, quanto aos objetivos e métodos de educação, houve duas posições: uma exclusivamente pragmática (economia da educação) e a outra mais aberta e menos utilitária, tendo sido vitoriosa a primeira posição.

Quanto à estrutura, ganha consenso uma estrutura vertical rígida, fechando os “funis” do “tal acesso de todos ao ensino superior”.

A questão educação e desenvolvimento foi polêmica, e na questão de recursos predomina a linha de **raciocínio pragmático**, reforçando-se as teses de racionalização: **extinção de gratuidade e incentivos fiscais para a ajuda à educação**.

Em suma, após essa rápida tentativa de análise sobre o projeto educacional do IPES, podemos ter claro para nós que, através dele, tentou-se propor **um conjunto de medidas, para a transformação da educação brasileira num instrumento da hegemonia dos setores dominantes da sociedade**.

A maneira como isso seria feito, encontramos no capítulo III — O Projeto educacional dos governos após 64. Os planos governamentais de 1964 até o II PND (1975-79), mostram uma evolução desde uma problemática nitidamente econômica para gradualmente adquirir uma conotação social, não só quanto à metodologia, quanto às metas propostas.

Temos o primeiro desses planos, **Programa de Ação Econômica do Governo** (PAEG), elaborado em 1964, período de 1964-66, com preocupações de encontrar meios para deter a inflação, possibilitando a condição básica para a retomada de desenvolvimento.

No plano político, o golpe de 64 marca o fim do populismo, e a coalizão burguesa — Forças Armadas que assumiu o poder deu início a um novo modelo de desenvolvimento: do regime modernizador, voltado para o desenvolvimento econômico estagnado desde 1961-62. Foi visando uma expansão dentro do quadro modernizador, que se formularam os planos globais e setoriais de desenvolvimento, cabendo à educação um papel grande no planejamento.

À frente do PAEG esteve o Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica do Governo Castelo Branco, Roberto Campos. Os objetivos educacionais eram essencialmente quantitativos, pretendia-se uma expansão dos três níveis de ensino, prevendo-se para 1970 o alcance de 100% na taxa de escolaridade na população de 7 a 11 anos.

O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) — (1967-76), que se sucedeu ao PAEG, também sob a orientação de Roberto Campos, ainda no governo de Castelo Branco, caracterizou-se por um enfoque igualmente econômico, e a educação foi considerada como “**indústria de prestação de serviços**”.

O terceiro plano, **Programa Estratégico de Desenvolvimento** — P.E.D. (1968-70), surge no segundo governo pós 64, cujo objetivo não mais se restringia à contenção do processo inflacionário, partindo igualmente **para a aceleração do desenvolvimento econômico e social**. O Ministro do Planejamento, Hélio Beltrão introduz modificações na estratégia de política econômica do governo anterior. Cabe à educa-

ção ter um papel relevante em corrigir o estreitamento do mercado interno “quer através da capacitação de novos contingentes de mão-de-obra, quer como instrumento de distribuição de rendas”.

O quarto plano após 64 foi elaborado no Governo de Emílio Garrastazu Médici — **Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-72)** e deve ser visto como plano de transição. O princípio norteador da ação governamental vai ser, pois, a continuidade da obra dos antecessores, apenas modificando em parte os programas já em andamento. **O desenvolvimento continua sendo o objetivo primordial.**

I Plano Nacional de Desenvolvimento — P.N.D. (1972 — 1974)

Este pode ser considerado o plano do terceiro governo pós 64. Nele se ressalta é a situação do Brasil como **País em Desenvolvimento** e as necessidades correlatas a este estágio, tal como: recursos humanos e tecnológicos apropriados, a fim de conduzir o País ao desenvolvimento e à democracia.

II Plano Setorial de Educação e Cultura (1975 — 1979)

Já no Governo Ernesto Geisel. Sua temática inclui a dos antecessores, ao lado da política educacional, uma política especial para a área de Educação Física, e uma grande preocupação com o campo social, no sentido de uma política educacional dirigida para o quê, a partir do I.P.N.D. foi convencionado de “desenvolvimento auto-sustentado”. Paralelamente à educação como investimento.

As Reformas Educacionais: Ensino Superior (1968) e de 1º e 2º Graus (1971) é o assunto do capítulo IV. Elas vêm corporificar as diretrizes da política educacional dos planos, reformulando assim as estruturas de todo o **Sistema de Ensino do Brasil**. Os Relatórios dos Grupos de Trabalho trazem a doutrina básica que informou essa reformulação do Sistema de Ensino Brasileiro. O Grupo de Trabalho foi criado a 02-7-68 por decreto presidencial, no auge da crise estudantil que sacudia o País. A 28-11-68 foi decretada pelo Congresso Nacional a Lei 5.540/68, modificando o Ensino Superior no País. A sua preocupação básica era a transformação da Universidade num centro de preparação técnico-profissional. A Universidade deveria ser colocada a serviço do crescimento econômico e as mudanças na estrutura, tais como: matrícula por disciplina e controle através de créditos; frequência obrigatória; acesso à Universidade por meio do vestibular unificado; criação de carreiras curtas; currículos em níveis nacional e regionais; substituição da cátedra por departamentos; Implantação da Pós-graduação etc., visavam a atender a dois aspectos: o da massificação do ensino superior e o da preservação da “alta-cultura”, esta através do ensino de Pós-graduação.

Com relação aos recursos financeiros, o Relatório propôs a criação de um órgão financiador, contribuições dos alunos, participação da Comunidade no financiamento do ensino superior, e Cooperação das Empresas, formuladas através da Confederação Nacional da Indústria.

Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus

Através do Relatório, o objetivo geral da nova escola de 1º e 2º graus, compreende três aspectos: um individual de auto-realização, um individual e social de qualificação para o trabalho, e um terceiro, predominantemente social, de preparo para o exercício de uma **cidadania consciente**. Na primeira etapa do 1º grau, a formação teria em vista “um sentido de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho”. O aluno mais pobre era levado a uma “iniciação antecipada numa prática produtiva”. Caberia ao 2º grau uma formação específica.

O currículo com uma parte de educação geral e outra de formação especial deveria ser flexível com o sistema de "dependência" para o 1º grau e "matrícula por disciplina" para o 2º grau. A duração de cada grau seria fixada em horas ao invés de anos, "beneficiando tanto o aluno brilhante, como os mais lentos".

Os cursos supletivos deveriam além da junção de suprimento da escolarização, permitir a atualização de conhecimentos.

Os recursos para a educação, na visão do Grupo de Trabalho deveriam ser ampliados através do salário-educação.

No capítulo V, a autora vai mostrar que uma longa série de medidas vieram completar o quadro da política a partir de 1964. Ela destaca algumas:

- a) medidas com relação à Educação Moral e Cívica;
- b) medidas relativas à Educação Física;
- c) Mobral;
- d) Pós-graduação;
- e) Programa de Crédito educativo.

Conclusão:

Todas essas mudanças dentro do Sistema Educacional do País, representam uma correspondência lógica ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado.

Podemos dizer que de 1964 a 1975, veio se delineando um sistema educacional, cuja finalidade é a preparação dos recursos humanos para o desenvolvimento do País, conforme o novo modelo de desenvolvimento adotado, correspondente a determinado modelo político-ideológico. Essa preparação consiste não só em treinamento e capacitação para as atividades produtivas em geral, e em todos os níveis, mas também na orientação de toda a população para os fins propostos pelas grandes diretrizes políticas do Estado.

Isso posto, a autora conclui seu trabalho tentando mostrar o fio condutor entre o projeto formulado pelo Estado, e o projeto do IPES. Ao tratarem os componentes da política educacional brasileira, ambos os projetos se pautaram pelos ensinamentos de economistas, que estabeleceram a correlação positiva entre a educação e o crescimento nacional. Além disso, o aparelho do Estado utilizou diversos elementos do IPES e concomitantemente, o ideário que defendiam. São arrolados inúmeros pontos em comum do projeto educacional do IPES e a política educacional do Estado após 1964. Além disso, a educação de orientação pragmática que marcou as reformas de 1º e 2º graus, é o tipo de educação que mais serviria aos interesses das camadas dominantes, numa época em que a preocupação máxima era a retomada do processo de desenvolvimento econômico. O crescimento da economia brasileira sob a chancela do capital internacional, em regime de dependência, leva a crer que, no setor educacional os paradigmas fossem também externos (Acordos MEC-USAID).

Assim, nesta linha de raciocínio somos levados por Maria Ignês Salgado de Souza, a perceber que o conteúdo da proposta situada fora do aparelho estatal (IPES), não foi o único modelo de que se serviu a política educacional após 64. É evidente que houve outras influências. Contudo, fica muito claramente assinalado aos leitores, a presença da mesma linha político-ideológica nos dois projetos educacionais e que os orienta para um objetivo final: o desenvolvimento econômico do País, dentro dos marcos do capitalismo monopolista.

A nosso ver, a "eterna vigilância" dos membros do IPES, levou-os a uma união na defesa de seus interesses, de tal modo organizada e coerente, que possibilitou a UDN, tantas vezes derrotada, sair vitoriosa no dia 31 de março de 1964, ocasionando ao Brasil esses vinte anos que vivemos e continuamos a viver em nossos

dias. O pensamento liberal disseminado nos textos, não consegue esconder seus aspectos centralizadores e altamente autoritários, através do qual, o controle pudesse garantir as necessárias condições de hegemonia ao grupo que se auto-intituiu “dono do poder”, após o golpe vitorioso de 1964.

Delza Maria Frare Chamma
Pós-Graduação em Educação – UNICAMP

NOTAS:

- (1) Salgado de Souza, Maria Ignêz. Os Empresários e a Educação. Editora Vozes, 1981, pág. 44.
- (2) Idem – pág. 44.
- (3) Idem – pág. 46.
- (4) Obra citada – pág. 52.
- (5) Obra citada – págs. 64 e 65.

SALM, Cláudio L.
Escola e Trabalho.
São Paulo, Brasiliense, 1980.

Na introdução, o autor explicita os objetivos de sua obra: “Tentaremos mostrar que do ponto de vista econômico, o sistema educacional sempre tendeu da perspectiva do capital à marginalidade. Cresce como uma esfera improdutiva, embora necessária para a manutenção da ordem”. (pág. 21)

Na primeira parte do livro, o autor se propõe a investigar os textos de Marx que são utilizados pelos “críticos” da economia da educação para provar a importância da educação escolar para o capital, verificando se tal apoio é legítimo. Já na introdução o autor antecipa que não o é.

Na segunda parte, estuda as formas capitalistas de adequar a mão-de-obra ao processo de trabalho. Essa adequação não se dá na escola como se pensa, mas na própria esfera da produção, ao se empobrecer o conteúdo da maioria dos cargos e funções. “A suposta dependência das empresas capitalistas em face de um sistema educacional que se expande sem cessar vai contra a lógica capitalista”. (pág. 25)

No **capítulo I**, o autor discorrerá sobre a escola, realizando uma discussão com autores nacionais ou não que vêem a escola como aparelho reprodutor e formador da força de trabalho que serve ao capital. Daí, como anunciou na introdução, fará uma análise das citações que os “críticos” retiram da obra de Marx, para provarem suas teses. Em seguida, fará uma crítica da crítica à teoria do capital humano.

Salm se contrapõe à idéia de que “a escola capitalista prepara o trabalhador que alentará o capital” (Wagner Rossi, citado por Salm), argumentando que “nem a escola é capitalista, nem o capital precisa dela como existe para preparar o trabalhador”. (pág. 29)

O autor aceita a idéia que a escola, de certa forma, acrescenta valor à mercadoria força de trabalho, mas que, cada vez mais a empresa capitalista requer um trabalhador menos qualificado (obs. este tema será tratado mais detalhadamente pelo autor no segundo capítulo). Eis, então, a contradição que denuncia: a educação escolar por um lado, “qualifica” o trabalhador, enquanto a empresa capitalista busca o contrário, liberar-se do trabalhador qualificado transformando o trabalho complexo em simples. E é neste ponto que se baseia para provar sua tese de que o capital não prescinde da escola para sobreviver. Assim o autor se expressa a esse respeito:

“... Ora, o setor educacional, o ensino dito formal, não pode ser ‘capitalista’ tanto quanto os outros. Se fosse, tenderia a reduzir o custo por aluno, o que, de fato, é feito não no sistema educacional, mas através das várias formas de treinamento profissional que existem nas empresas. A escola formal, ao contrário, tende a elevar esses custos e, se o formado neste sistema, engenheiro ou advogado, não conseguir um salário compatível com o custo de sua formação, isto não tem nada a ver com a teoria do valor, que só se aplica aos produtos do capital. Ou se quiserem, o engenheiro vendedor e o advogado-caixa de banco terão salários que refletirão o

tempo de trabalho socialmente necessário para formar um vendedor ou um caixa-de-banco ...". (pág. 46)

Deixando mais claro este ponto, o autor quer dizer que, se a escola fosse realmente capitalista ela tenderia a rebaixar o custo de formação da força de trabalho, diminuindo assim o seu valor de seu correspondente monetário, seu preço, permitindo assim a extração maior de mais-valia.

A respeito do fracasso da Lei 5692/71, que propunha em seu texto um ensino terminal ao nível de 2º grau, formando técnicos de nível médio, Salm faz sua análise de Luiz A. Cunha, desenvolvida no livro "Política Educacional no Brasil: a Profissionalização no Ensino Médio". Por isto não se estende sobre o assunto, mas sublinha 3 pontos que considera relevantes:

1º) nem o ensino profissionalizante foi uma idéia exclusivamente brasileira nem foi só aqui que fracassou.

2º) As empresas em geral, e as grandes em particular não mostraram qualquer entusiasmo pela reforma. Se não foram elas as responsáveis pelo fracasso, pelo menos mostraram o equívoco da lei. "Ficou claro que as organizações empresariais não têm qualquer demanda específica ao sistema formal de educação, principalmente quando se trata de profissionais de nível médio que, como sugere o nome, devem ocupar um posto na hierarquia" (pág. 44). Hierarquia é um assunto interno da empresa, que ela busca resolver sem interferências externas. As empresas não são obrigadas a relacionar cargos com níveis educacionais, a não ser que a lei assim o exija.

3º) A experiência encerrou por vez a idéia da escassez de mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho. Essa idéia serviu a muitos propósitos. "E, finalmente, revelou o drama da educação pós-primária, que reside no fato de estar voltada para a grande empresa, enquanto esta vai prescindindo dela. Este é o dilema. Se não existe a grande empresa, a escola secundária (e superior) é desperdício. Se existe, aquelas escolas vão-se tornando desnecessárias enquanto mecanismos de adequação profissional" (pág. 45).

Salm discute em seguida a crítica feita à teoria do capital humano. Tal teoria defende a idéia de que uma maior educação do trabalhador gerará maior produtividade que conseqüentemente lhe aumentará o salário. O autor, afirma que os "críticos" pretensamente apoiados em Marx, criticam a teoria mas acabam por não abalar seus pressupostos, pois concluem que se a escolaridade não aumenta salário, credencia o indivíduo para um posto de trabalho. Portanto, legitima as condições desiguais de acesso a cargos e funções mais elevados, e é formadora das atitudes da força de trabalho. De qualquer forma, o mais credenciado e, portanto, com atitudes mais condizentes com a expectativa das empresas alcança um posto maior na hierarquia da organização do trabalho, recebendo conseqüentemente um salário maior.

Capítulo 2 – "Sobre o Trabalho"

O pensamento econômico tradicional supõe que o aumento de produtividade exige uma qualificação crescente do trabalhador. Este suposto "baseava-se no exame de variáveis como salários, educação + experiência, esta associada à idade, que viriam a ser seriamente questionados nessa década como práxis de qualificação" (pág. 56). Este pensamento não se preocupava com a adequação da mão-de-obra ao processo de trabalho.

A literatura "radical norte-americana" denuncia a deterioração das condições de trabalho, enfatizando a "crescente desqualificação do trabalho que acompanha o crescimento das empresas e o aumento da produtividade. Porém ao nível da

interpretação do fenômeno, as críticas são bastante ingênuas" (pág. 57). Isto ocorreria para um maior controle dos trabalhadores por parte dos patrões que portanto conspirariam contra eles (seriam manobras capitalistas de controle). Salm não concorda com a interpretação buscando recuperar a análise Marxista no sentido do progresso técnico no Capitalismo.

"A idéia básica, ..., é a de que o processo de trabalho é, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital e deve submeter-se a esse objetivo. A ele devem se adequar as alterações na tecnologia, na organização do trabalho, nas qualificações requeridas. Da perspectiva do processo de trabalho, quer dizer, trabalho concreto aplicado na produção de algo útil, os trabalhadores utilizam os meios de produção. Da perspectiva da valorização do capital, são os meios de produção que utilizam o trabalhador e o farão de forma cada vez mais eficaz, no sentido da eliminação progressiva dos entraves que o processo de trabalho possa apresentar ao processo de criação de valor. Estes entraves decorrem das condições naturais do trabalhador, de sua insubordinação e resistência às condições de trabalho que lhe são impostas e dos limites que a sociedade e a natureza impõem à exploração. O objetivo do capital é fazer com que o próprio processo de trabalho se encarregue de, naturalmente, automaticamente, dominar o trabalho, ao invés de ser um constante empecilho. Portanto, todo o processo pode ser visto como sucessivos momentos da crescente subordinação do trabalho ao capital" (pág. 63).

A maquinaria ao retirar a ferramenta da mão do trabalhador, também retira ou diminui os entraves que o elemento subjetivo do processo de trabalho impõe ao processo de valorização do capital.

O trabalho antes complexo, específico e hierarquizado (produção artesanal) tende a se transformar em simples, versátil e homogêneo.

Ao dispensar a força física e habilidade específica, o capital incorpora novos segmentos de trabalhadores mais baratos como mulheres e crianças, ocasionando a diminuição do custo de reprodução da força de trabalho, que agora pode ser rateado pela família. "O salário mínimo já não tem que cobrir as despesas da família, pois todos, agora, podem trabalhar" (pág. 71).

Com a mecanização da indústria, aprofunda-se a divisão do trabalho em relação à manufatura, pois se utiliza, cada vez mais, de operadores e auxiliares e, cada vez menos, em "termos de quaisquer atributos que se possa associar a qualificação" (pág. 73). Enquanto o trabalho qualificado perde espaço na estrutura ocupacional da indústria cresce a qualificação entre os quadros gerenciais.

"... O desenvolvimento do processo trabalhista vai-se libertando, cada vez mais, do trabalhador qualificado. A fim de dar ênfase, pode-se dizer que este constitui um verdadeiro entrave para a produção e deve ser eliminado. Não pelas razões de cunho **conspiratório** do tipo "dividir para reinar", como querem os radicais norte-americanos, mas porque o processo de trabalho, que depende da execução de tarefas complexas por parte do trabalhador, mostra-se sempre pouco adequado à acumulação de capital. São processos que resistem à expansão da escala de produção que caracteriza, viabiliza a concentração e centralização do capital. São processos que dificultam a redução do tempo de trabalho, elevando os custos de produção e o tempo de rotação do capital" (p. 75).

Salm, porém chama a atenção que "paralelamente às condições de trabalho cada vez mais homogênea quanto ao aprendizado, aumento, paradoxalmente a hierarquização dos postos de trabalho" (pág. 78). E isto é particularmente importante na medida em que redefine o conceito de qualificação.

"A crescente objetivação das condições de trabalho, tanto na oficina como na burocracia, significa que a produtividade depende, cada vez mais, do con-

junto. As interferências individuais vão perdendo importância no resultado final. Se a manufatura substitui a matriz dos ofícios pela matriz das qualificações, a grande indústria irá reduzir o sentido da qualificação à capacidade de se adaptar às normas, às rotinas. Qualificar-se, agora, vai significar ajustar-se ao ritmo do corpo coletivo de trabalho, estar em condições de ocupar um posto numa das várias hierarquias existentes nas empresas. A capacidade de executar tarefas será desenvolvida quase como subproduto desse ajuste. ... Habilidades e experiências são dispensáveis, a não ser para comprovar traços de comportamento compatíveis com o ambiente de trabalho. Dependendo do nível hierárquico, não será desejável ter ambição demais, pois as carreiras disponíveis podem ser demasiado curtas. Mas tampouco pode-se ser desprovido de ambição, pois será necessário submeter-se a contínuo treinamento, nem que seja para permanecer no posto. O qualificado é o que veste a camisa da empresa e conhece o seu lugar, nos dois sentidos da expressão" (p. 99).

O autor finaliza sua obra propondo que se deve voltar a pensar a educação em termos de seu papel para a construção da democracia ao invés de se realizar análises economicistas.

Silvio Ovante Bock
Fundação Carlos Chagas

FILHO, Casemiro dos Reis.
A Educação e a Ilusão Liberal.
São Paulo, Cortez — 1981.

O autor se propõe a debater a evolução histórica do ensino público paulista no período que remonta de 1890 a 1896. O privilegiamento deste período se deve ao fato de ser neste período, logo após o advento da República a primeira tentativa de implantação do ensino público no País, assim como a implantação de um projeto de educação para o Estado de São Paulo. Pretende o autor com esta análise contribuir para a discussão em torno da história da educação pois, segundo ele, "cada sociedade elabora, historicamente, seus sistemas de educação a partir de sua estrutura e organizações sociais". "Essa a razão pela qual a educação de um povo é, assim, inseparável do seu contexto sócio-cultural" .

O autor desenvolve seu trabalho apoiando-se em vasta e minuciosa fonte de pesquisa, através de revistas, jornais, legislação e relatórios do período abordado. Sua metodologia "é a descrição histórica fundada em documentos de validade indiscutível" .

Sua tese fundamental consiste em demonstrar que após a proclamação da República os liberais republicanos entendiam a educação como o suporte básico para a manutenção do regime democrático, pois "acreditavam que o regime político que se definiria como sendo do povo e para o povo necessitava de uma sólida organização escolar capaz de oferecer uma formação política, a mais complexa possível, a todos os cidadãos". Porém, segundo Casemiro dos Reis, tal aspiração tratava-se, na realidade, "de propostas antecipadoras e distantes das condições existentes" , "pois a nação brasileira chega a autonomia, mas o seu quadro de referência como estado, como organização política social é o modelo europeu. Há um esforço de atualização histórica de acompanhar a modernização que se opera nos países considerados "fortes" da civilização".

Frente a esta questão, estava a razão maior para o autor justificar o insucesso do primeiro esforço para a realização de um projeto de ensino público paulista uma vez que "os padrões altamente exigentes da escola primária e o enciclopedismo da secundária fizeram da escola paulista organismo altamente seletivo, com

altos índices de repetência e evasão escolar. E, portanto, em última instância, prejudicial à educação popular” .

Nosso objetivo na presente resenha é tentar situar a filosofia liberal que embasa historicamente a proposta de educação dos republicanos que vem se delimitando desde o programa do partido republicano com as teses de Rangel Pestana, Caetano de Campos etc. Num segundo momento a levantar algumas considerações a respeito da metodologia aplicada por Casemiro dos Reis e discutir o problema do **seletismo e evasão escolar**.

Faremos agora uma breve síntese do conteúdo geral do trabalho para que tenhamos dele pelo menos uma noção.

Antes de entrar na questão do ensino público propriamente dito o autor procura situar-nos do momento histórico em que se dá a incorporação do primeiro projeto do ensino público paulista através de uma breve abordagem da evolução política do período ou seja implantação e organização do regime republicano. Onde se destaca, no decorrer do processo republicano, a própria divisão interna dentro do partido quanto a viabilização da República e sua forma de encaminhamento, onde predominava a posição de Alberto Torres que propunha a tomada do poder pela via eleitoral, outra posição era de Silva Jardim que propunha um processo revolucionário, posição sem muita representação e Quintino Bocaiúva, que fazia o papel de mediador e procurava capitalizar as duas tendências já assinaladas. Mas era favorável à aliança com os militares, projeto esse viabilizado.

Ao descrever brevemente a evolução histórica do período republicano, no que se refere à implantação e consolidação do governo federal e do Estado de São Paulo, ressalta o autor que, não obstante ao conturbado momento vivido pela República devido à intensa instabilidade política (renúncia de Deodoro, Canudos, pressão contra Floriano), “entre 1890 e 1896 realizou-se o mais intenso esforço de racionalização político administrativo no governo de São Paulo. Como parte deste processo, organizou-se o ensino público paulista” .

Estando o Partido Republicano no poder, torna-se necessário a viabilização de um projeto político para toda sociedade, ou seja, tornar os princípios liberais universais para todo o povo brasileiro. Nesse trabalho de organização do novo regime a instrução pública assume um papel de suma importância no propósito de universalização da ideologia liberal, na medida em que traduz uma nova visão de mundo estruturada nos princípios da igualdade, liberdade, laicidade, obrigatoriedade, conforme está incluso nos itens (g), (h) e (i) do projeto para a Constituição do Estado de São Paulo de abril de 1874 e defendido posteriormente por Rangel Pestana em 1889.

“g) Compete à Assembléia geral legislar sobre a instrução primária e secundária, tendo por base os princípios de liberdade de ensino. A obrigatoriedade da instrução primária não atinge aos residentes à distância de um quilômetro dos povoados onde não haja escola gratuita pública ou particular”.

“h) O Estado garante a instrução primária gratuita a todos e fica estabelecida a liberdade de ensino em todos os graus”.

“i) Fica estabelecida a liberdade religiosa sob a base de absoluta separação e independência entre os poderes temporal e espiritual”.

Como ressalta Casemiro dos Reis, “Verifica-se, por parte dos idealizadores do ensino público paulista uma consciência clara da estreita relação entre ensino e política. Já os considerandos do Decreto nº 12 de maio de 1890. Afirmavam que a instrução pública bem dirigida é o mais forte e eficaz elemento do progresso e que cabia ao governo o rigoroso dever de promover o seu desenvolvimento” .

“A crença no poder educativo das ciências levou à adoção de um plano de estudo enciclopédico que incluía, desde a escola elementar; todo o elenco de noções científicas. A influência de Comte e de Spencer era, então marcante nas teses e argumentações em voga entre os defensores da educação popular. Acreditava-se que pelo domínio do conhecimento científico, pela posse das verdades reveladas pela ciência, formar-se-ia o homem perfeito e o cidadão completo. Desejava-se alcançar os padrões de ensino que vigoravam nos países mais desenvolvidos da Europa e das Américas. O ano escolar compreendia mais de dez meses com cinco horas diárias de aulas. O rigoroso sistema de exames procurava, por sua vez, assegurar a seleção dos mais capazes. Data de então o equívoco da educação elementar paulista. Ao mesmo tempo que era destinada a todos, criava-se um sistema seletivo que excluía da escola, pela repetência e pela conseqüente evasão, considerável parcela da população escolar” .

Tal preocupação era estendida à formação do corpo docente. A primeira medida nesse sentido foi a reorganização da escola normal para atender à qualificação adequada do professor, essa medida foi acompanhada por uma acentuada preocupação de Caetano de Campos em recrutar pessoal habilitado para o corpo docente da escola normal, conforme expressa em Carta dirigida a Rangel Pestana .

Em síntese a Reforma Geral de Instrução Pública em São Paulo, embora tivesse a preocupação de tornar universais o seu projeto da educação se fez nos moldes dos países “desenvolvidos” da Europa e América. Pois, como o próprio autor saliente: “acreditava-se que as novas idéias iriam transformar radicalmente o País. Inspirando-se em autores europeus que difundiram as crenças básicas do liberalismo e do cientificismo, a intelectualidade brasileira defendia um programa de inovações considerado indispensável à elevação do Brasil ao nível do século. Isto é, pelas novas idéias, políticos e publicistas pretendiam realizar a atualização histórica, considerada como a forma de realização nacional” .

Reforçando a sua crítica à tentativa de reforma continuaria Casemiro: “Entretanto, a própria maneira de perceber e de analisar a realidade sócio-cultural brasileira refletia as últimas teorias importadas que passavam a exercer dupla função: para diagnosticar a realidade e para propor soluções. O modelo pensado assumia a forma de projeto que passava para os programas partidários e daí era transformado em lei de organização política, judiciária, eleitoral ou educacional. É um período em que as propostas de reforma, de quase todas as instituições brasileiras existentes, entravam em debate, agitando o pequeno mundo intelectual e político da época. Porém, as reformas não partiam da realidade, mas do modelo importado” .

Conclusão

Gostaríamos de fazer algumas considerações à obra em questão, no sentido de fazer com que elas contribuam para uma crítica construtiva da obra, assim como ampliação do debate sobre as questões trabalhadas.

Começaríamos por questionar a forma como o autor trabalha suas fontes de pesquisas, relatórios, jornais etc. reproduzindo-as como um fato em si mesmo, embora uma das tarefas mais difíceis do ofício de historiador seja a crítica dos testemunhos, no entanto, cremos que é regra elementar conforme observa Emília Viotti da Costa, submeter a documentação histórica a uma crítica rigorosa. E tal crítica se faz quando se consegue captar quais as transformações no quadro econômico social e institucional do período em que se estuda. “Não basta conhecer os homens e os episódios, nem mesmo é suficiente saber quais suas opiniões e idéias qual sua forma de participação, é necessário sim que se procure além dos fatos aparentes, as razões de ordem estrutural que os motivaram, e que freqüentemente escapam à consciência dos contemporâneos” . E nos parece que Casemiro dos Reis, não con-

segue situar historicamente o discurso liberal, na medida em que não estabelece o próprio limite histórico dos liberais da época, enquanto agentes históricos, pois o próprio autor ressalta no capítulo I: "História é movimento, transformação. Determinar o sentido da evolução histórica é a tarefa primordial do historiador de todas as épocas"

Outra questão que merece ser discutida na obra refere-se à análise que o autor faz dos projetos de reforma do ensino e chegando à conclusão que elas não se efetivaram concretamente pois não partiram da análise da situação real do País, limitando-se a importar e adaptar modelos dos países industrializados. Cremos que fica difícil para o leitor avaliar devidamente do ponto de vista teórico a afirmação do autor, uma vez que não dá consistência mais concreta da posição que sustenta, não nos parece suficiente limitar a crítica à oposição entre sociedade industrial e sociedade agrária, acabando por omitir a própria dominação interna do ponto de vista de classe, da organização do poder, do trabalho etc. Dentro dessa perspectiva será que houve realmente uma ilusão liberal? Qual seria o real sentido do discurso democrático pronunciado pela maioria dos republicanos?

Hélio de Costa e
João Bosco Sandor de Castro
Pós-Graduação em Educação — UNICAMP

CARDOSO, Irene R.
A Universidade da Comunhão Paulista
(O projeto de criação da Universidade de São Paulo).
São Paulo, Cortez Editora, 1982.

I – APRESENTAÇÃO

O livro trata das relações que unem grupos políticos, tendências ideológicas e instituições culturais (poder, idéias e uma universidade).

"A Universidade da Comunhão Paulista", é a história bem documentada de um grupo de influência política notável em São Paulo nos últimos anos da República Velha, (o chamado "grupo de Estado" que reunia parte dos antigos republicanos e o novo Partido Democrático que era uma geração jovem, de cultura mais aberta e flexível).

"Comunhão Paulista" era aquela fração da classe dominante que podia alimentar ambições de tornar-se classe política dirigente no plano estadual. O portavoiz desse grupo era o jornal "O Estado de São Paulo". O objetivo desta, era a regeneração política através da educação, acreditavam no papel insubstituível da escola como transformadora da sociedade.

A Universidade paulista aparece com insistência no horizonte do grupo, como sendo o meio de formação de elites políticas.

O pensamento diretor dos fundadores da Universidade era liberal, contra o autoritarismo e o totalitarismo, um pensamento liberal-democrático que realçava o espírito de liberdade de pensamento, de ensino e pesquisa.

Mas a história mostra que a Universidade de São Paulo, foi criada sob a ditadura de Vargas, estando o Estado sob a intervenção de Armando Salles Oliveira e que os liberais estavam no auge do seu empenho anticomunista, fazendo alianças com os setores mais intransigentemente reacionários e, por isso, dando cobertura a toda a seqüência de ações de Vargas, que vão culminar no Estado Novo. Mostra ainda que durante a implantação da Universidade, os liberais portaram-se contra a liberdade de

pensamento e expressão, apontando para a necessidade de fiscalizar o que se ensinava nas Universidades, em escolas públicas e o que se publicava em jornais, livros e revistas.

Por tudo isso, o livro de Irene R. Cardoso, fala em **mito da criação da Universidade**, construído na luta contra o Estado Novo, que reuniu as forças democráticas empenhadas na sua destruição. Fala dos traços "autoritários" dos seus fundadores.

O livro está dividido em 3 partes:

- Parte I — "Regeneração dos costumes políticos da nacionalidade".
- Parte II — "Reconstrução Nacional" e
- Parte III — "Criação da Mística Nacional".

PARTE I

Regeneração dos Costumes Políticos da Nacionalidade

Esta parte analisa documentos produzidos por Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo que irão demonstrar que a proposta educacional da Universidade estava inextricavelmente ligada a um projeto para a sociedade.

O documento "Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo" (1926) parte de uma constatação inicial a respeito da ausência de uma "política de educação" norteada por princípios. Um segundo ponto de constatação, é o da aproximação que se estabelece entre educação e política, a educação entendida por um lado, como um problema técnico, acima de qualquer interesse político, e por outro, como instrumento político de coesão.

O terceiro ponto é o de que a educação é entendida como educação pública (O Estado deve promover a educação). E o quarto, ressalta as duas funções básicas da Universidade: **formação do professorado secundário e superior e preparo e aperfeiçoamento das classes dirigentes**. As Universidades são assim, concebidas como organismos vivos destinados a acompanhar e dirigir a evolução da sociedade.

Tal como propõe o "Inquérito", a função preponderante das Universidades seria a formação das elites; a função do ensino secundário seria o preparo das "classes médias" e a função do ensino primário, a formação das "massas".

Em um quinto ponto, o Inquérito refere-se e destaca a situação econômica e política do Estado de São Paulo, situação que lhe permitiria assumir a Universidade como centro irradiador de cultura para todo o País.

O Segundo Documento analisado foi "A Crise Nacional" de Júlio de Mesquita Filho (1925). A crise nacional é entendida por ele como uma crise política, cuja origem estaria na "decadência política que (...) se seguiu à implantação do regime republicano". Constatava também o surgimento das "oligarquias" — chamando-as de "a única forma de governo compatível com o estado geral da nação, que se integra na categoria daqueles povos que "preferem um governo qualquer a se governarem por si mesmos" (p. 34) e, ainda, fala da imigração estrangeira que tinha o único propósito de fazer fortuna sem preocupação de ordem cívica.

Toda a parte final do documento é dedicada à discussão da necessidade da criação das Universidades como o problema maior, imprescindível à emancipação da nacionalidade. Fica explícito também que a visão da sociedade brasileira é uma visão paulista.

O Terceiro Documento tratado, foi "A Comunhão Paulista", também de Júlio Mesquita Filho (1922), que fornece elementos para uma compreensão mais

exata da posição do Estado de São Paulo como Estado-Chave, de onde devia partir o movimento pela regeneração política da sociedade brasileira. A comunhão era constituída daqueles elementos que tinham “Visão política”, visão dos grandes problemas nacionais e era de São Paulo, que deveria partir um projeto político para a nacionalidade.

Cabia também a esse “grupo” orientar a política educacional, que deveria ter como principal objetivo criar a Universidade.

O “grupo” desenvolve um projeto de Universidade em que esta aparece como centro de formação e reprodução das elites dirigentes.

A Comunhão Paulista (também chamada “grupo do Estado” por ter o jornal O Estado de São Paulo como seu porta-voz) assume a postura de um partido ideológico, de um “Estado – Maior Intelectual”.

O projeto da Comunhão, para a Universidade, via-a como instituição de caráter público e não privado, e assim a sua criação e o seu controle passariam a supor a possibilidade de influência do poder de Estado. Em segundo lugar, a Comunhão via a Universidade como **forma de poder**. (assim ela seria um instrumento político central).

Um terceiro ponto ressaltava-a como instituição dotada de uma organização, cujo órgão fundamental seria a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, e não mais a reunião de três ou mais institutos de ensino superior. A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras é vista como o órgão coordenador de experiências anteriores alheias e nossas; como principal órgão de disciplina mental, capaz de fixar as normas que a nação tem de seguir; um instituto de alta cultura por excelência, foco de cultura e de brasilidade”.

A idéia de Universidade estava ligada à uma idéia (ou ideal) de sociedade e de política. A serviço da divulgação desses ideais estava o jornal o Estado de São Paulo, que tinha o objetivo de uma “regeneração política”, tentada por uma pregação diária. A concepção de democracia que tinham só podia ser realizada por uma elite pois acreditavam que a massa era incompetente para se autogovernarem (a elite política aí, é identificada com a Comunhão Paulista).

PARTE II A Reconstrução Nacional

Esta parte, partirá da análise de alguns documentos que mostram a luta pela imposição ideológica e política do projeto da Universidade.

A Universidade de São Paulo, foi criada a 25 de janeiro de 1934, pelo Decreto de 31, que define o estatuto das **Universidades brasileiras**, adotando o sistema universitário como regra de organização de todo o ensino superior da República.

O capítulo reflete a concepção da Universidade a partir da discussão desenvolvida sobre as relações entre Estado e Educação e Estado e Sociedade.

No documento “Manifesto de 32”, é ela considerada como a instituição responsável pela formação (e reprodução) das elites destinadas a “afetar a consciência social” e assim seria o lugar da reprodução da consciência capaz de ver a sociedade sob o prisma do “interesse geral”. A concepção de democracia expressa no texto é a mesma defendida pelo projeto no seu primeiro momento: a democracia realizada pelas elites e garantida pela sua renovação incessante. O texto expressa uma concepção liberal que aceita a intervenção do Estado numa faixa ampla e com limites variáveis dentro da concepção do “novo liberalismo”. Em nome do interesse geral e da “preeminência do Estado sobre os grupos sociais”, a intervenção poderá ser mais forte ou menos forte.

O Decreto de criação da Universidade reafirma a concepção de universidade que vem sendo defendida desde o primeiro momento: a presença da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como o núcleo fundamental do sistema universitário e a instituição de alta cultura com a função superior de levar uma "elite de homens de talento" — ao estudo desinteressado das questões que pairam nas altas esferas, que não podem atingir todos os cérebros (p. 123).

Júlio de Mesquita Filho, considerava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como a "elite dentro dos próprios domínios da nossa Universidade" a instituição cuja principal missão seria a de criar um "ideal", uma "consciência coletiva", uma "mística nacional".

Armando Salles Oliveira, dentro da sua concepção da Universidade como "cérebro da nacionalidade", centro regulador de sua vida psíquica", atribua à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras o lugar da "crítica" e da "síntese" dentro do sistema universitário.

A Universidade nascia assim marcada pela recuperação do projeto de reconstrução educacional da nacionalidade. Era a resposta cultural de São Paulo, à ignorância e à incapacidade dos homens que até 1930 haviam dispostos os destinos do Estado, como da Nação, era a suprema consagração dos ideais da Revolução de 32.

Havia-se chegado à convicção de que o problema brasileira era antes de mais nada um problema de cultura.

PARTE III A Criação da Mística Nacional

A criação da mística nacional é, para Júlio de Mesquita Filho, a missão paulista de completar a obra iniciada pelos pioneiros paulistas que sempre estiveram à frente no País. A mística nacional deveria recusar as duas mentiras: o fascismo e o comunismo. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, teria como principal missão a de criar no espírito da juventude e instilar na alma coletiva a "mística nacional".

A mística nacional incorpora os "ideais cristãos" e se opõe ao comunismo. A educação tem uma função essencial na construção da mística nacional.

A Universidade deve expressar, neste momento, o projeto nacional da comunhão, e deve também forjar a resistência democrática contra as forças extremistas, numa tentativa de incorporação interna da cruzada nacional contra o comunismo.

A missão mostra uma guinada na direção do autoritarismo. Em 1935, já é explícito o discurso autoritário dentro da própria Universidade. Fernando de Azevedo, o principal representante da Comunhão dentro da Universidade, expressa a guinada para o autoritarismo. A Universidade devia defender a democracia. Não se tratava da democracia liberal, as formas liberal e parlamentar da democracia estariam em crise, crise esta que teria levado a uma descrença da própria democracia. Tratava-se da defesa da "democracia real", que teria de "fortificar o poder executivo, romper com o liberalismo sem disciplina", com o "igualitarismo da mediocridade" e fazer surgir uma democracia direta, não somente política, mas política-econômica.

A "democracia real" de Fernando de Azevedo, corresponde ao liberalismo relativo", ao qual o jornal justifica não poder mais defender a "irrestrita liberdade de pensamento e de propagação de idéias. Corresponde, também à democracia verdadeira que assenta na disciplina e na ordem.

Define-se agora a missão da Universidade e em especial a da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; é a de órgão do "interesse geral", capaz de formar e

“disciplinar” a elite que defenda e exerça as suas funções dentro do governo “esclarecido e forte”.

Isto implica a necessidade de que a Universidade subordine o seu sistema institucional a certo número de idéias diretrizes e fundamentais que “devem ser a carta de sua vida normal” (p. 180).

No entanto, projeta-se para o futuro uma imagem da criação da Universidade, que recupera, do liberalismo, apenas os aspectos mais democráticos, e que obscurece os aspectos mais autoritários que tomou entre 35 e 37.

O que causa surpresa é verificar que persiste o mito liberal-democrático da criação da Universidade.

Elisabete M. A. Pereira
Pós-Graduação em Educação – UNICAMP